

OCUPAÇÃO E EMPREGO NO RURAL PAULISTA, 1999-2000¹

Maria Carlota Meloni Vicente²
Celma da Silva Lago Baptistella³
Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco⁴
Francisco Alberto Pino²

1 - INTRODUÇÃO

A apresentação e a discussão de estimativas e informações sobre mercado de trabalho, sejam gerais para uma dada economia, ou sejam setoriais ou regionais, são sempre contribuições importantes para a compreensão das profundas mudanças do capitalismo neste final de século. POCHMANN (2001, p.11) ao analisar o emprego na era da globalização mencionou: *"Novos conceitos são introduzidos com o objetivo de procurar tratar das novidades que rapidamente interferem no cotidiano da população, como nova economia, sociedade do conhecimento, economia digital, entre outros. Especialmente em relação ao tema trabalho, o debate atual sobre a globalização sustenta-se em fundamentos divergentes quanto à perspectiva do emprego, possibilitando encontrar interpretações contraditórias, que indicam tanto otimismo quanto pessimismo"*.

No caso brasileiro, uma característica relevante em termos de mudança estrutural da ocupação diz respeito à perda de participação relativa das ocupações industriais em prol da maioria das ofertas no setor de serviços. As ocupações agrícolas estariam seguindo uma tendência declinante ainda na primeira metade do século passado.

As transformações estruturais do mercado de trabalho refletem os processos de mo-

dernização nos processos produtivos. E essa modernização se, por um lado, tem reduzido o trabalho penoso, por outro, aumenta drasticamente a capacidade de produzir com menos pessoas. A agricultura é exemplar nesse sentido; a subtração progressiva da operação das colheitas afasta o homem de uma atividade difícil, porém com capacidade de empregar maciçamente, como é o caso principalmente da cana-de-açúcar (BAPTISTELLA; VICENTE; VEIGA, 2000).

Os estudos realizados recentemente sobre as novas tendências das ocupações têm enfatizado a necessidade da formação de um novo trabalhador, mais condizente com as alterações no conteúdo e nas condições de produção (POCHMANN, 2001). Durante muito tempo argumentou-se que o Brasil podia colocar grande parte dos trabalhadores de baixa qualificação nos setores da agricultura, construção civil e pequeno comércio. Tais setores, por demandarem pouco conhecimento tecnológico, teriam condições de absorver parcela considerável da força de trabalho menos preparada. Quando se observa o ritmo de modernização por que passam estes setores, porém, é impossível sustentar esta tese nos dias atuais (PASTORE, 2001).

O objetivo deste trabalho é analisar indicadores atuais sobre a população e o mercado de trabalho rural paulista, destacando também a ocupação em atividades rurais não-agrícolas.

2 - MATERIAL E MÉTODO

As estimativas sobre demografia e emprego na agricultura paulista têm sido obtidas sistematicamente pelas pesquisas amostrais probabilísticas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). As informações são levantadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de As-

¹Trabalho referente ao projeto 3.2000001-58. Os autores agradecem à estagiária Cristina de Carvalho Werlang, à Técnica de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica Maria Cristina Teixeira de Jesus Rowies e ao Analista de Sistema Arnaldo Lopes Júnior.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Socióloga, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Estatístico, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

sistência Técnica Integral (CATI) junto ao produtor ou responsável pelo imóvel rural.

Até 1999 foi aplicado um delineamento amostral segundo CAMPOS e PIVA (1974), com levantamentos realizados em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro de cada ano e questões referentes à população trabalhadora residente e não residente nos imóveis rurais, no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas por faixa etária. Consideraram-se o proprietário e seus familiares, os trabalhadores permanentes, outros não residentes, contratados individualmente para trabalhos específicos e, finalmente, volantes⁵. Em abril havia maior detalhamento sobre a população trabalhadora residente nos imóveis rurais, bem como a distribuição dos habitantes em faixas etárias⁶.

A partir de novembro de 2000, procurou-se melhorar a qualidade das estimativas de safras e informações sócio-econômicas para o Estado de São Paulo, com um novo delineamento amostral mais complexo e com abordagem multivariada proposta por FRANCISCO e PINO (2000). A atual amostra probabilística é composta por 3.204 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)⁷ e foi sorteada com base no cadastro obtido no Censo Agropecuário realizado pela SAA por meio do IEA e da CATI e conhecido por Projeto LUPA. A periodicidade dos levantamentos foi alterada para junho e novembro⁸, não sendo mais realizados os de fevereiro, abril e setembro.

Qualquer levantamento está sujeito à ocorrência de erros amostrais e não amostrais, a sua análise, portanto, é importante para garantir a confiabilidade dos resultados. Nesse sentido, PINO e FRANCISCO (2001) apresentaram o controle de qualidade dos dados estatísticos do levantamento de novembro de 2000, utilizado nesta pesquisa, constatando alguns problemas rela-

⁵Para o trabalho volante obtém-se o número médio de trabalhadores empregados na última semana. Geralmente, o dado reporta-se aos últimos quinze dias úteis do mês em que está sendo feito o levantamento.

⁶Abrangeu as seguintes categorias: proprietário, arrendatário, parceiro, colono (bem como os familiares que auxiliam no trabalho), assalariado (mensalista, diarista e tratadista), empregado e administrador.

⁷A unidade amostral passou a ser a UPA (Unidade de Produção Agropecuária), que, na maioria dos casos, coincide com o conceito de imóvel rural.

⁸Esses meses são importantes para o emprego agrícola, pois são realizadas as colheitas das culturas perenes, grandes empregadoras de mão-de-obra.

tivos à falta de resposta. Com a finalidade de minimizar o problema, utilizou-se um dos procedimentos sugerido por estes autores que consta em usar os respondentes como uma amostra probabilística de menor tamanho. Além disso, houve uma preocupação em investigar os coeficientes de variação, isto é, erros amostrais, de cada estimativa para verificar suas precisões⁹. Os resultados são apresentados junto às respectivas estimativas (Tabelas 1 a 5).

Com o intuito de melhor captar mudanças atuais na demografia e no mercado de trabalho rural, alterações foram feitas no questionário enviado a campo. Para coleta do número de habitantes por UPA foram consideradas as faixas etárias de 0 a 6 anos de idade e de 7 a 14 anos, quando anteriormente a questão se referia ao número de pessoas com menos de 15 anos, e destes quantos possuíam menos de 5 anos. As demais faixas, de 15 a 65 anos e acima de 65 anos, foram mantidas.

Devido à baixa representatividade, em termos quantitativos, as categorias colono e empregado deixaram de ser levantadas, passando a ser computadas na categoria "outros residentes"¹⁰. Procurou-se detalhar mais a categoria "trabalhadores não residentes", que ficou subdividida em proprietário, arrendatário, parceiro (e respectivos familiares) e assalariados¹¹.

Em conseqüência da crescente demanda foram incorporadas ao levantamento sistemático questões sobre ocupação de pessoas em atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural, bem como sobre o emprego nas cidades, de pessoas residentes no campo. As atividades econômicas rurais, não-agrícolas, referem-se: às atividades industriais, ou seja, usinas de açúcar, de álcool, de leite, olarias, etc.; às atividades administrativas em usinas e empresas agrícolas em geral; às atividades em serviços, tais como, pesqueiros, hotelaria, turismo, complexos hídricos, parques temáticos, etc.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer dos anos noventas a popu-

⁹Coefficiente de Variação (CV) é uma medida de variabilidade da estimativa.

¹⁰Inclui trabalhadores não informados nas outras categorias: proprietário, mensalista, diarista, arrendatário e parceiro.

¹¹Anteriormente, havia a subdivisão em proprietários e familiares, arrendatários, e outros não residentes.

lação residente nos imóveis rurais do Estado

TABELA 1 - Estimativa da População Residente nas UPAs, por Faixa Etária, Estado de São Paulo, 1999-2000

Faixa etária	(1.000 habitantes)				CV (%)
	1999		2000		
	Número	%	Número	%	
De 0 a 6 anos	-	-	114,5	10,6	1,0
De 07 a 14 anos	343,9	28,0	166,9	15,5	1,0
De 15 a 65 anos	803,6	65,5	726,5	67,3	0,6
Mais de 65 anos	80,0	6,5	71,5	6,6	0,9
Total	1.227,5	100,0	1.079,4	100,0	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 2 - Estimativa da População Trabalhadora Residente e Não-Residente nas UPAs, por Categoria, Estado de São Paulo, 1999-2000¹

Categoria	1999		2000		CV (%)
	Número	%	Número	%	
Residente					
Proprietário ²	233.673	39,9	227.147	40,2	0,8
Administrador	26.305	4,5	21.201	3,7	1,2
Arrendatário ²	11.599	2,0	13.621	2,4	2,1
Parceiro ²	28.581	4,9	47.991	8,5	1,9
Assalariado ³	278.835	47,6	235.315	41,6	0,9
Outros ⁴	6.891	1,1	20.507	3,6	2,2
Subtotal	585.884	100,0	565.782	100,0	0,4
Não-residente					
Proprietário ²	197.538	36,8	163.899	22,0	0,6
Arrendatário ²	-	-	40.300	5,4	2,2
Parceiro ²	-	-	12.828	1,7	3,9
Assalariados	164.885	30,7	259.159	34,8	3,3
Volantes	174.497	32,5	268.473	36,1	2,6
Subtotal	536.920	100,0	744.659	100,0	1,4
Total	1.122.804	-	1.310.441	-	-

¹As informações foram obtidas em abril de 1999 e novembro de 2000.

²Engloba os familiares que auxiliam no trabalho.

³Engloba mensalistas, diaristas e tratoristas residentes.

⁴Em 1999 englobou apenas colonos e empreiteiros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Estimativa da População Trabalhadora Residente nas UPAs, por Categoria e por Sexo, Estado de São Paulo, 1999-2000¹

Categoria	1999				2000					
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		CV (%)	CV (%)
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%		
Proprietário ²	141.473	38,9	92.200	63,4	146.245	38,2	1,2	80.902	59,1	1,6
Arrendatário ²	7.530	2,1	4.069	2,8	10.348	2,7	2,5	3.273	2,4	3,8
Parceiro ²	17.827	4,9	10.754	7,4	32.988	8,6	2,4	15.003	11,0	2,8
Assalariado ³	190.492	52,3	38.069	26,2	180.019	47,1	0,7	30.310	22,1	2,1
Outros ⁴	6657	1,8	234	0,2	13.111	3,4	3,0	7.396	5,4	3,4
Total	363.979	100,0	145.326	100,0	382.711	100,0	0,5	136.884	100,0	0,9

¹As informações foram obtidas em abril de 1999 e novembro de 2000.

²Engloba os familiares que auxiliam no trabalho.

³Engloba mensalistas e diaristas.

⁴Em 1999 englobou apenas colonos e empreiteiros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Participação de Trabalhadores com Menos de Quinze Anos na Ocupação Agrícola, Estado de São Paulo, 1999-2000

Categoria	1999		2000		CV (%)
	Número	%	Número	%	
Residentes nas UPAs¹					
Proprietário	14.863	59,9	18.464	60,3	6,2
Arrendatário	643	2,6	86	0,3	22,3
Parceiro	1.895	7,6	5114	16,7	3,5
Assalariado	6.918	27,9	4567	14,9	5,0
Outros	496	2,0	2398	7,8	5,7
Subtotal	24.815	100,0	30.629	100,0	4,2
Não-residentes nas UPAs²					
Proprietário	6.093	48,3	7.424	36,1	3,0
Parceiro	-	-	3.237	15,7	6,6
Arrendatário	2.085	16,5	4.354	21,2	6,6
Assalariado	3.625	28,7	3.714	18,0	10,3
Volante	815	6,5	1.854	9,0	8,8
Subtotal	12.618	100,0	20.583	100,0	3,0
Total	37.433	-	51.212	-	2,6

¹As informações foram obtidas em abril de 1999 e novembro de 2000.

²Dados referentes a novembro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 5 - População Trabalhadora em Atividades Econômicas Rurais Não-Agrícolas, Estado de São Paulo, 1999-2000

Item	Número	%	CV (%)
Atividades industriais ¹	62.514	60,0	7,8
Atividades administrativas ²	9.382	9,0	44,2
Prestação de serviços ³	11.821	11,4	4,6
Atividades industriais e de serviços na cidade	20.461	19,6	3,0
Total	104.178	100,0	-

¹Pessoas residentes ou não na UPA, ocupadas em usina de açúcar, de leite, olarias, etc.

²Pessoas residentes ou não na UPA, ocupadas em empresas agroindustriais.

³Pessoas residentes ou não na UPA, ocupadas em pesqueiros, hotelaria, turismo, etc.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

de São Paulo diminuiu gradativamente, passando de 1.513,0 mil habitantes, em 1990, para 1.227,5 mil em 1999 (BAPTISTELLA; VICENTE; VEIGA, 2000). Esta tendência manifestou-se também no último ano da década, com a estimativa de 1.079,4 mil habitantes residentes nas unidades de produção agropecuárias em novembro de 2000. No mesmo período, o destaque ficou para o aumento na proporção de idosos (com mais de 65 anos), com valores de 3,8% do total de habitantes em 1990 e 6,5% e 6,6% em 1999 e 2000, respectivamente. Note-se que para esta faixa etária ocorreu, inclusive, crescimento em termos absolutos. A queda mais significativa foi observada na faixa etária até 15 anos (Tabela 1)¹².

¹²Esse acontecimento acompanha o contexto nacional, pois a redução do crescimento populacional constitui o indicador que

3.1 - População Trabalhadora na Agricultura

Ao longo dos anos noventa foi também decrescente o número total de pessoas ocupadas na agricultura paulista, ou seja, cerca de 200 mil pessoas deixaram as atividades agrícolas, segundo BAPTISTELLA; VICENTE; VEIGA (2000). Pode-se apontar como fatores preponderantes para esta situação a reorganização do espaço produtivo na agropecuária, com a redução

o IBGE denomina de "transição demográfica": a diminuição do número de jovens até 15 anos, o aumento da população adulta e idosa, o aumento da expectativa de vida e queda na fecundidade, mudando o perfil da população brasileira. Em comparação com o Censo de 1991, o percentual de jovens até 15 anos deve cair de 36% para 30%, enquanto o de idosos com mais de 65 anos deverá subir de 5,4% para 6% (ESCOSSIA, 2000).

dos cultivos de importantes culturas na ocupação de mão-de-obra, motivada por fatores relacionados ao comportamento de mercado, bem como a mecanização crescente do processo produtivo, notadamente na colheita, principal operação geradora de emprego.

Foi observada tendência declinante para ocupação de trabalhadores residentes nos imóveis rurais, em maior proporção para as categorias de parceiros, arrendatários, colonos e empreiteiros. Comparando-se 1999 e 2000, verificou-se que esta população ainda decresce, de 585,9 mil para 565,8 mil pessoas. Os fatos marcantes foram a maior ocupação de parceiros, de 28,5 mil em 1999 para 47,9 mil em 2000, e a queda do trabalho assalariado (278,8 mil em 1999 e 235,3 mil trabalhadores em 2000). Dentre os aspectos apontados para explicar essas ocorrências, destacam-se as diferenciações nos meses de realização dos levantamentos (abril para 1999 e novembro para 2000) e o aumento do cultivo de café, notadamente a partir de 1997-98. Esse sistema é adotado, principalmente, nos cultivos de café e algodão, sofrendo, portanto, os efeitos do comportamento da produção desses produtos. Nesse sentido, há que se considerar as alterações nas áreas cultivadas e o comportamento do mercado em geral (Tabela 2).

Um levantamento específico sobre emprego e ocupação na cafeicultura paulista, realizado em abril de 2000, mostrou que nas etapas de formação e/ou manutenção do cafezal predomina o trabalho permanente - residente ou não na propriedade -, o que explica em boa parte o sucesso da inserção da pequena produção familiar nesta atividade (muitas vezes na forma de parceria) e a maior fixação de população trabalhadora rural nos locais ou regiões onde o café tem importância econômica. Constatou-se que os parceiros representam 21% do total de produtores familiares de café. Efetuando-se um paralelo com a parceria de forma geral no Estado, quase metade das parcerias são realizadas com a cultura do café (VEIGA et al., 2001). Nesse sistema, o trabalho da mulher e do menor ajusta-se conforme a necessidade durante o ano agrícola, portanto, espera-se uma variação no total ocupado, uma vez que parte da família permanece disponível, aumentando a ocupação sempre que necessário. Devido à elevada participação dessa relação de produção na cafeicultura paulista, espera-se que o plantio de novos cafezais venha incrementar o emprego da parceria.

Proprietários e familiares permanecem com a mesma participação relativa na população trabalhadora residente nas UPAs, porém, com um pequeno decréscimo em termos absolutos (2,8%). Arrendatários e familiares ocupados aumentaram tanto em valores absolutos, de 11,6 mil para 13,6 mil, quanto em termos percentuais, de 2,0% para 2,4%, de 1999 para 2000.

Para os assalariados residentes a variação foi negativa e mais significativa, com decréscimos de 19,4% e de 15,6% para administradores e assalariados em geral, respectivamente. Em contrapartida, aumentou em 57,1% a ocupação de assalariados não residentes nos imóveis rurais, de 1999 para 2000 (desconsiderando a categoria volante, que será mencionada a seguir). A tendência de residência nas cidades vem sendo observada ao longo das últimas duas décadas, pois, dessa forma, permite-se à família utilizar os serviços de educação, saúde e lazer, dentre outros (públicos ou privados), bem mais desenvolvidos nas cidades¹³.

No caso dos arrendatários, do total de 53,9 mil ocupados em novembro de 2000, 74,7% residiam na cidade. Com os parceiros a situação se inverte, pois dos 60,8 mil ocupados, 78,9% residem nas unidades de produção agropecuária. Há vários tipos de contrato de parceria no Estado e este se dá em todos os estratos de área (tamanho de UPA). A utilização desta categoria de trabalho permite aos proprietários rurais, em certa medida, diminuir seus custos operacionais ao não registrar os trabalhadores pelas normas da CLT, como também, assegura mão-de-obra permanente que pode ser empregada, eventualmente, em outros trabalhos na propriedade.

3.1.1. Trabalho volante

Os estudos sobre o mercado de trabalho rural para a década de 90 têm apontado que categoria de trabalho volante tem sido das mais afetadas. Em 1990, a média dos cinco levantamentos anuais registrava 343,7 mil volantes ocupados, o que correspondia a 27% do total da população trabalhadora na agricultura paulista. No período 1990-92 a média anual situou-se aci-

¹³Segundo dados do projeto LUPA, das 465.922 casas de moradia existentes nas UPAs, em 1995-96, somente 360.440 (77%) estavam ocupadas.

ma de 300 mil volantes, patamar não mais atingido no período posterior. Em 1998, foram 225,6 mil volantes ocupados, correspondendo a 17,6% do emprego total, e em 1999 a média anual foi inferior à de 1998 (BAPTISTELLA; FRANCISCO; VICENTE, 2000)¹⁴.

Dentre as situações de interferência no emprego dos volantes, tem sido bastante enfatizada a adequação do processo de colheita de cana, com a ampliação do uso de colhedoras. Uma máquina substitui, em média, 120 cortadores, o que representa, por um lado, uma redução da ordem de 20% nos custos em relação ao corte manual de cana queimada e, por outro, uma liberação de mão-de-obra com grande impacto social (FIM, 1996).

As colheitas dos diversos cultivos anuais - soja, trigo, milho e mesmo o arroz - já são motomecanizadas em representativa parcela da área cultivada. No feijão, a colheita motomecânica já é realizada com máquinas importadas em algumas propriedades, sendo que a intensificação do processo levaria ao crescimento das áreas de lavoura no aspecto de escala, liberando os grandes produtores do limite imposto pela disputa por mão-de-obra na época da colheita (GONÇALVES, 1993).

Das culturas temporárias com representatividade na colheita manual destaca-se o algodão, cuja competição com o produto importado levou a uma redução do cultivo. Vem perdendo espaço, também, o modelo do produtor arrendatário de pequenas áreas ou pequenos produtores que utilizam a mão-de-obra volante na colheita. As expectativas são no sentido de que o algodão volte a ser uma lavoura economicamente importante, porém, com tecnologia baseada na colheita mecanizada e com plantio em áreas maiores (VICENTE; BAPTISTELLA; VEIGA, 1997).

Para 2000, dispõe-se de apenas dois levantamentos para avaliar a ocupação dos vo-

lantes, fevereiro e novembro, com comportamentos distintos: fevereiro pode ser considerado de fraca ocupação, com 162,2 mil volantes, com recuperação em novembro para 268,5 mil trabalhadores. Em novembro de 1999 foram ocupados 269,2 mil volantes e em setembro do mesmo ano 305,2 mil. Uma análise do padrão sazonal da ocupação de volantes na década de 90, realizada por BAPTISTELLA; FRANCISCO; VICENTE (2000), evidenciou dois períodos de maior absorção da força de trabalho. O primeiro de maior intensidade, de junho a agosto, e o segundo de setembro a novembro. São evidências de que a cana-de-açúcar ainda é a mais importante no uso do trabalho temporário, no entanto, a intensificação da colheita motomecanizada, tanto na cana-de-açúcar quanto nas culturas anuais, tem levado à transferência do período de representativa ocupação para outros produtos, como, por exemplo, a laranja. Esta cultura apresenta os tratamentos culturais distribuídos durante o ano e a colheita concentrada de setembro a novembro¹⁵.

As mudanças no processo produtivo da cana-de-açúcar estão relacionadas com a aprovação da lei estadual 10.547, de 02 de maio de 2000, que define as medidas para a prática da queima de cana. Os procedimentos adotados na referida lei objetivam o fim das queimadas no prazo de vinte anos. Na legislação anterior, o prazo de oito anos, iniciado em 1997, previa que em 2001 mais da metade da colheita teria que ser mecanizada. Segundo empresários, o setor descapitalizado enfrentava dificuldades para implantar a estrutura necessária para o corte mecanizado e por isso o prazo foi dilatado (MELHORA, 2001). Com isso, a ocupação dos trabalhadores temporários não será drasticamente afetada em curto período como se previa. Os efeitos, já em curso, serão distribuídos por um período maior.

Se, por um lado, diminuem as possibilidades de ocupação para o trabalhador temporário, aumentam as ocupações mais qualificadas,

¹⁴As variações na ocupação ocorrem durante o ano, dependendo das atividades agrícolas. Até meados da década de 70, os volantes empregavam-se mais no período de colheita das culturas anuais, ou seja, de fevereiro a maio. A partir de 1976, os dados mostram junho como o mês mais significativo, ocorrência relacionada ao incremento da área cultivada com cana-de-açúcar, cuja colheita se concentra no período de maio a agosto, ocorrendo ainda a colheita de café (concentrada em maio e junho). De meados da década de 80 até início dos anos noventa prevaleceu abril (exceto em 1985 e 1988), enquanto que na década de 90, além de abril e junho, fevereiro e setembro apresentaram maior emprego de volantes em 1991 e em 1996, respectivamente (VICENTE, 1999).

¹⁵Dados da ABECITRUS para 1999, citados por ALVES; ALMEIDA (2000), mostram que a citricultura emprega 70 mil pessoas dentro da porteira e ocupa de 80 a 90 mil pessoas durante sete meses de colheita. A geração de empregos atinge cerca de 400 mil se estendida para a agroindústria e demais segmentos (transporte, canais de distribuição, portos, equipamentos atacadistas e varejistas). Informações dos levantamentos IEA/CATI, analisadas por AMARO; VICENTE; BAPTISTELLA (2001), evidenciaram que no período 1997-99 o número total de pessoas ocupadas nas etapas de cultivo da laranja não tem sofrido grandes alterações, absorvendo em média 131,3 mil pessoas por safra.

tais como: motoristas especializados em colhedoras e outros equipamentos, técnicos e mecânicos de manutenção, etc. Estima-se que de 1,2 milhão de pessoas que trabalham na agricultura paulista, 200 mil atuem na cultura de cana (SOUZA, 2001). Em maio iniciou-se a colheita da safra 2001/02 no Estado de São Paulo, com 112 colhedoras a mais do que as existentes no ano passado¹⁶. Em contrapartida, o número de trabalhadores rurais atuando na colheita deverá ser cerca de 10% inferior ao da safra passada, segundo estimativas da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (LIMA, 2001).

3.2 - Trabalho da Mulher e do Menor

A participação da população trabalhadora feminina residente nos imóveis rurais permaneceu em torno de 24%, em 1999 e 2000, embora tenha decaído em termos absolutos. Proprietárias e familiares representaram 59% do total ocupado em 2000, vindo a seguir as assalariadas com 22% e as parceiras com 11% (Tabela 3).

A participação das mulheres no total da categoria de trabalho volante oscila bastante durante o ano, mas tem decrescido ao longo do tempo. Durante os anos noventa, a ocupação das trabalhadoras volantes decresceu em 58,7%, ao se comparar as médias anuais de 1990 e 1998, ou seja, passaram de 78,0 mil para 32,2 mil pessoas. Em 1999, a ocupação foi ainda menor, com média de 22,4 mil trabalhadoras (BAPTISTELLA; FRANCISCO; VICENTE, 2000). Nos dois levantamentos disponíveis para 2000, fevereiro e novembro, a participação feminina na ocupação permaneceu em torno de 13%.

O trabalho de menores de quinze anos, residentes nos imóveis rurais, foi maior em novembro de 2000 quando comparado a abril de 1999. Em termos de participação relativa na ocupação, também se observou um aumento de 4,9% para 5,4% no mesmo período. Familiares do proprietário e de parceiros e outros foram os responsáveis pelo crescimento, uma vez que nestas categorias o trabalho do menor é bastante requisitado não só nas épocas de colheita, como também nas tarefas diárias da propriedade. Mesmo com responsabilidades sobre as atividades produtivas, nestas categorias há maiores pos-

sibilidades para a flexibilização dos horários de trabalho, possibilitando a frequência a escola. No caso do trabalho assalariado, esta possibilidade fica prejudicada, devido ao cumprimento mais rigoroso de horários. Para esta relação de trabalho foram informados 6,9 mil menores de 15 anos em 1999 e 4,5 mil em 2000 (Tabela 4).

Embora no meio rural paulista tenha diminuído a ocupação de menores residentes nos imóveis, de 70,7 mil em 1990 para 24,8 mil em 1999, e isso tenha se dado pelo aumento da mecanização, maior fiscalização dos órgãos públicos, sindicatos e organizações não-governamentais, muitos produtores ainda têm ignorado a proibição do trabalho de menores previsto nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Convenção 138 da OIT. A pobreza é, ainda, a questão mais importante na utilização dessa mão-de-obra (BAPTISTELLA; VICENTE; VEIGA, 2000).

É na categoria de trabalho volante que a precariedade e os aspectos mais negativos do trabalho infanto-juvenil estão presentes. Há prejuízos no desenvolvimento físico, pois geralmente ficam expostos a longas jornadas em atividades penosas, insalubres e perigosas, e prejuízos no desenvolvimento intelectual, devido à dificuldade de conciliar estudo e trabalho.

De forma geral, há uma nítida tendência de decréscimo do nível de ocupação dessa força de trabalho nos anos noventa. Diversos foram os fatores que intervieram para que isso ocorresse. As culturas que mais utilizavam mão-de-obra infantil, como, por exemplo, algodão, apresentaram redução de área cultivada e/ou tiveram transformações no processo produtivo e as campanhas contra o trabalho infantil tornaram-se mais efetivas¹⁷.

Em novembro de 2000 foram informados 1.854 volantes com menos de quinze anos (9,0% do total de menores não residentes) contra apenas 815 em abril de 1999 (6,5% do total de menores não residentes). Há portanto significativo componente de sazonalidade na ocupação destes trabalhadores¹⁸.

¹⁷O trabalho infanto-juvenil tem sido tema prioritário na agenda da política social dos governos federal, estaduais e municipais, contando também com algumas entidades da iniciativa privada no seu combate, em função das ações e programas desenvolvidos pelos Governos (ESPÍRITO SANTO; GUSHIKEN, 2000).

¹⁸Uma pesquisa familiar revelou que em momentos de crescimento econômico acelerado as crianças abandonam

¹⁶Dados do setor preparados pela Case CNH.

Familiares do proprietário e do arrendatário (36,1% e 21,2%, respectivamente em novembro de 2000) e assalariados (18,0%) são as categorias com maior número de menores de 15 anos ocupados (Tabela 4).

3.3 - Trabalho em Atividades Não-Agrícolas

Tem havido crescente demanda por informações sobre ocupação de pessoas em atividades não-agrícolas desenvolvidas no meio rural e por estimativas sobre o emprego nas cidades, de pessoas residentes no campo. Esse enfoque tomou corpo a partir da noção de que não se pode caracterizar o meio rural somente como agrário, o que leva a considerar o comportamento do emprego rural e dos movimentos da população residente nas zonas rurais não apenas como decorrentes do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há que se levar em conta um conjunto de atividades não-agrícolas, que englobam a prestação de serviços - pessoais, de lazer e auxiliares das atividades econômicas -, o comércio e a indústria (GRAZIANO DA SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997).

Os estudos mais aprofundados e completos sobre esta questão têm sido desenvolvidos pelo Projeto Rurbano¹⁹. Numa primeira fase da pesquisa, foram consideradas como unidades de análise as pessoas economicamente ativas (PEA), com ênfase para a ocupação agrícola e não-agrícola. Posteriormente, foi abordada a questão da pluriatividade das famílias rurais e das famílias agrícolas residentes no meio urbano, para avaliar o efeito das ocupações não-agrícolas sobre os rendimentos familiares.

No caso específico do levantamento por amostragem IEA/CATI, as informações referem-se às ocupações não-agrícolas desenvolvidas nas UPAs e às pessoas residentes nas UPAS, mas que trabalham na cidade. Do total de pessoas ocupadas nestas categorias, 60% do total encontram-se nas atividades industriais. So-

mais a escola e cresce a repetência e o trabalho infantil. O mesmo fenômeno ocorre quando os pais perdem o emprego. Nesse caso, a repetência e o abandono dos estudos têm sido maiores do que nas famílias em que não houve perda de renda (NERI; COSTA, 2001).

¹⁹As análises e informações sobre o Projeto encontram-se em CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA (2000).

bre este aspecto, destacam-se na ocupação as usinas/destilarias processadoras de cana-de-açúcar, havendo ainda usinas de leite, olarias, dentre outras. Na prestação de serviços encontravam-se 11,4% do total, empregadas em pescadores, hotéis, parques, turismo em geral, ou mesmo em serviços domésticos nas propriedades rurais (Tabela 5).

As atividades administrativas desempenhadas nos escritórios das agroindústrias e das empresas rurais em geral corresponderam a 9,0% do total ocupado, enquanto que 20,5 mil pessoas residentes nas UPAs estavam ocupadas em atividades na cidade.

Para o Estado de São Paulo um estudo detalhado e bastante abrangente sobre o tema foi realizado por BALSADI (2000). A pesquisa analisou o engajamento das pessoas residentes no meio rural nas atividades não-agrícolas²⁰.

O autor concluiu que os principais ramos de atividade responsáveis pela ocupação da PEA rural não-agrícola foram os de prestação de serviços e indústria de transformação, que concentraram mais de 50% das pessoas ocupadas, seguidos pelo comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais. Dentre as ocupações (profissões) da PEA rural não-agrícola, as principais foram os serviços domésticos, motoristas, pedreiros, serviços por conta própria, diarista doméstica, servente-faxineiro, ajudantes diversos e ajudante de pedreiro.

Note-se que as diferentes fontes de dados permitem observar e analisar diferenciados componentes da força de trabalho. No caso do levantamento IEA/CATI, as informações coletadas permitem a análise da dinâmica ocupacional tendo como ponto de partida as UPAs, possibilitando futuros estudos sobre as interfaces das ocupações agrícolas e não-agrícolas.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos noventas ocorreu a incorporação de modernas tecnologias, destacando-se

²⁰Na pesquisa mencionada encontram-se descritos os critérios para definição da PEA, bem como as áreas consideradas rurais. Considerou-se como ocupação rural não-agrícola aquela exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agricultura, sejam essas desenvolvidas na área rural ou na urbana. A abrangência espacial referiu-se aos domicílios localizados nos distritos e povoados rurais e o rural privado.

aquelas relativas às operações de colheita e pós-colheita. Houve, também, queda da área cultivada com importantes culturas (café, algodão, arroz, feijão e trigo). A laranja, as olerícolas e as frutíferas de importância regional foram atividades importantes para a manutenção da ocupação de mão-de-obra no campo.

Em novembro de 2000 foram estimados 1.079,4 mil habitantes residentes nas unidades de produção agropecuárias paulistas, mantendo-se a tendência de queda observada ao longo da década de 90. Comparando-se 1999 e 2000, verificou-se que a população trabalhadora residente nos imóveis rurais também decresceu, de 585,9 mil para 565,8 mil pessoas.

Para 2000 as informações sobre ocupação de volantes, obtidas em fevereiro e novembro, evidenciaram comportamentos distintos: fevereiro pode ser considerado de fraca ocupação, com 162,2 mil volantes, com recuperação em novembro para 268,5 mil trabalhadores.

A participação da população trabalhadora feminina residente nos imóveis rurais permaneceu em torno de 24%, em 1999 e 2000, decrescendo em termos absolutos, enquanto que a participação das volantes no total de ocupação da categoria, fevereiro e novembro, foi de 13%. O trabalho de menores de quinze anos, tanto os residentes quanto os não-residentes nos imóveis rurais, foi maior em 2000. Mas é na categoria de trabalho volante que a precariedade e os aspectos mais negativos do trabalho infanto-juvenil são marcantes.

As atividades rurais não-agrícolas ocuparam em novembro de 2000, 83,7 mil pessoas, alocadas, principalmente, em atividades industriais. Estas informações serão importantes para o desenvolvimento de estudos que estabeleçam relações entre as atividades agrícolas e não-agrícolas, procurando dimensionar e analisar o mercado de trabalho rural em uma perspectiva mais ampla.

LITERATURA CITADA

ALVES, F. J. da C. ; ALMEIDA, L. M. de M. C. Novas formas de contratação de mão-de-obra rural na nova configuração do complexo agroindustrial citrícola paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 12, p. 7-19, dez. 2000.

AMARO, A. A.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. da S. L. Citricultura paulista: tecnologia e mão-de-obra. _____, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 35-48, maio 2001.

BALSADI, O. V. **Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90**. Campinas, 2000. 128 p. Tese (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

BAPTISTELLA, C. da S. L.; FRANCISCO, V. L. F. dos S.; VICENTE, M. C. M. O trabalho volante: uma análise do emprego num período de transição no campo paulista. _____, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 7-30, jul. 2000.

_____; VICENTE, M. C. M.; VEIGA, J. E. R. Demografia e mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 5, p. 7-29, maio 2000.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v.1-4.

CAMPOS, H. de; PIVA, L. H. de O. Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safra no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 21, t. 3, p. 65-88, mar. 1974.

ESCÓSSIA, F. País está mais feminino, urbano e adulto. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2000.

ESPÍRITO SANTO, B. R.; GUSHIKEN, M. T. O trabalho infanto-juvenil no meio rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 9, n. 3, p. 9-15, jul./set. 2000.

Informações Econômicas, SP, v.31, n.10, out. 2001.

- FIM da queima da cana pode esconder interesses não declarados. **FETAESP em Ação**, v. 2, n. 8, p. 9, fev. 1996.
- FRANCISCO, V. L. F. dos S.; PINO, F. A. Estratificação de unidades de produção agrícola para levantamentos por amostragem no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 79-110, 2000.
- GONÇALVES, J. S. Pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia para produtos alimentares: o desempenho técnico da produção de feijão em Itaberá, SP. _____, São Paulo, v. 40, t.1, p. 119-138, 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.
- LIMA, K. Cana terá mais máquinas e menos homens este ano. **Folha do Paraná**, 14 abr. 2001.
- MELHORA a qualidade de vida dos trabalhadores nas usinas. **Jornal Cana**, Ribeirão Preto, SP, mar. 2001. p. 12
- NERI, M.; COSTA, D. Infortúnios paternos, infâncias perdidas. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 48-51, mar. 2001.
- PASTORE, J. A qualidade da mão-de-obra da agricultura: virou mítico o tempo do trabalhador desqualificado no meio rural. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2001.
- PINO, F. A. FRANCISCO, V. L. F. dos S. Controle de qualidade em levantamento agrícola por amostragem em São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 6, p. 7-24, jun. 2001.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 151 p.
- SOUZA, R. de. Colheita de cana começa e voltam as queimadas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 maio 2001.
- VEIGA, J. E. R. et al. Relações de trabalho na cafeicultura paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 61-90, maio 2001.
- VICENTE, M. C. M. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. _____, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 31-51, fev. 1999.
- _____; BAPTISTELLA, C. da S. L.; VEIGA, J. E. R. A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista. _____, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 9-18, fev. 1997.

OCUPAÇÃO E EMPREGO NO RURAL PAULISTA, 1999-2000

RESUMO: O estudo analisou indicadores atuais sobre a população e o mercado de trabalho rural paulista, apresentando também a ocupação em atividades rurais não-agrícolas. Para 2000, as estimativas sócio-econômicas do levantamento IEA/CATI foram obtidas por meio de um novo delineamento amostral. Nos dois últimos anos da década de 90, mantém-se a tendência de queda observada ao longo da década de 90, tanto da população residente no campo quanto do total de pessoas ocupadas na agropecuária. As atividades rurais não-agrícolas ocuparam 83,7 mil pessoas em 2000, alocadas, principalmente, em atividades industriais.

Palavras-chave: mercado de trabalho, população rural, emprego rural.

RURAL OCCUPATION AND EMPLOYMENT IN SAO PAULO, BRAZIL, 1999-2000

Informações Econômicas, SP, v.31, n.10, out. 2001.

ABSTRACT: *Present indicators on the rural population and labor market in the State of Sao Paulo, Brazil, including non-agricultural rural occupations were analyzed. Year 2000 socio-economic estimates from the IEA/CATI survey were obtained from a new sampling survey. In the last two years of the 20th century, the declining trend verified in the nineties of both the farm resident farm population and total number of people occupied in agriculture and cattle breeding was maintained. The non-agricultural occupations on the farms involved 83.7 thousand people in 2000, mainly in industrial activities.*

Key-words: *labor market, rural population, rural employment.*

Recebido em 10/07/2001. Liberado para publicação em 24/08/2001.

Informações Econômicas, SP, v.31, n.10, out. 2001.